

AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA, ORFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXXXXXX / DF.

Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da carteira de identidade n. XXXXX - SSP/DF, inscrita no CPF sob o n. XXXXXXXX, domiciliada no XXXXXXXXXXXXX/DF CEP: XXXXXXXX telefone: (XX) XXXXXXXXXX email: XXXXXXXX@XXXXX.com e **fulano de tal e fulano de tal**, nacionalidade, menores, representados por sua genitora FULANO DE TAL, estado civil, profissão, portadora da carteira de identidade n° XXXXXXXX SSP/GO, inscrita no CPF sob o n° XXXXXXXXXX, residente na XXXXXXXXXXXXXXXX - GO, CEP: XXXXXX, telefone: (XX) XXXXXX email: XXXXXXXXXX@XXXXX.com, vêm por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXXXXXX, NÚCLEO DE XXXXXXXX**, nos termos da legislação vigente, requererem a abertura e processamento de

INVENTÁRIO

dos bens deixados por **fulano de tal, falecido em XX de XXXXXXXX de XXXX**, conforme corrobora a certidão de óbito, deixando bens a inventariar, viúva e filhos, sem testamento ou disposições de última vontade conhecidos, pelo que prestam as declarações que se seguem:

DOS DE CUJUS E DOS HERDEIROS

O *de cujus* quando em vida possuía a seguinte qualificação: **fulano de tal era** operador de máquinas, casado, era portador da carteira de identidade n° XXXXXXXX - SSP/MG, inscrito no CPF sob o n° XXXXXXXXXX, falecido em XX/XX/XXXX em decorrência de traumatismo cranioencefálico, ação de instr. Contundente. Conforme corrobora a certidão de óbito e documento de identidade.

O *de cujus* era casado com a 1ª Requerente e deixou X (XXXX) filhos menores incapazes, já qualificados na inicial, quais sejam: **fulano de tal e fulano de tal**

DOS BENS

O *de cujus* deixou como bem a ser inventariado XX (XX) imóvel, a saber: **XXXXXXXXX-GO CEP: XXXXXXXX**, avaliado em R\$ XXXXXXXX, conforme base de cálculo do ITPU municipal de XXXX.

Cabe se destacar que o imóvel em questão foi adquirido pelo *de cujus* mediante financiamento junto à Caixa Econômica Federal, com uma entrada de R\$ XXXXXXXX , mais o pagamento em prestações, sendo que ao tempo do seu óbito haviam sido pagas prestações.

Após o óbito do *de cujus*, a 1ª Requerente tem pago sozinha as prestações do imóvel no valor de R\$ XXXXXXXX.

DAS DÍVIDAS

Considerando **que o imóvel se encontra financiado junto à Caixa Econômica Federal, hoje há um saldo devedor de R\$XXXXXXXXXX.**

DO ESBOÇO DA PARTILHA

No que tange a partilha do imóvel temos que considerar os seguintes fatos:

- 1) Houve o pagamento de uma entrada de R\$ XXXXXXXX quando da aquisição do imóvel;
- 2) Até a data do seu óbito, o *de cujus* realizou o pagamento de prestações, num valor total de R\$XXXXXXXXXXXX;

Assim, do total acima, a Requerente faz juz de XX% à título **de nomeação**, sendo que os demais R\$XXXXXXXXXX serão partilhados entre os filhos menores na proporção de XX% para cada.

E, considerando que após o óbito do *de cujus*, a 1ª Requerente tem pago sozinha as prestações do imóvel no valor de R\$XXXXXXXXXX, deverá ao final **ser declarado que a totalidade do imóvel em questão** ficará **tão somente para a 1ª Requerente**, que arcará com o pagamento das prestações do financiamento e tributos incidentes sobre o mesmo.

DA NOMEAÇÃO DE INVENTARIANTE

Outrossim, requerem a nomeação como Inventariante a primeira Requerente **fulano de tal**, que acompanhará o feito até o final.

DOS PEDIDOS

Ante ao exposto, requerem:

- a) sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC;
- b) seja nomeada inventariante a primeira requerente, **fulano de tal**;
- b.1) seja intimado o Ministério Público para officiar no feito, considerando a existência de menores;
- c) seja a presente petição recebida como primeiras declarações, nos termos do art. 620, do CPC;
- d) a **procedência** do presente pedido para, por sentença, julgar procedente o pedido deduzido pelos Requerentes e, por conseguinte, determine a partilha do patrimônio deixado pelo *de cujus*, na forma explicitada na presente inicial.

Nestes termos pede deferimento.

Valor da causa: R\$ XXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXX-DF, 15/06/23 02:06:43

FULANO DE TAL;
Primeira Requerente

FULANO DE TAL
Segunda Requerente e Procuradora

FULANO DE TAL
Defensor Público